

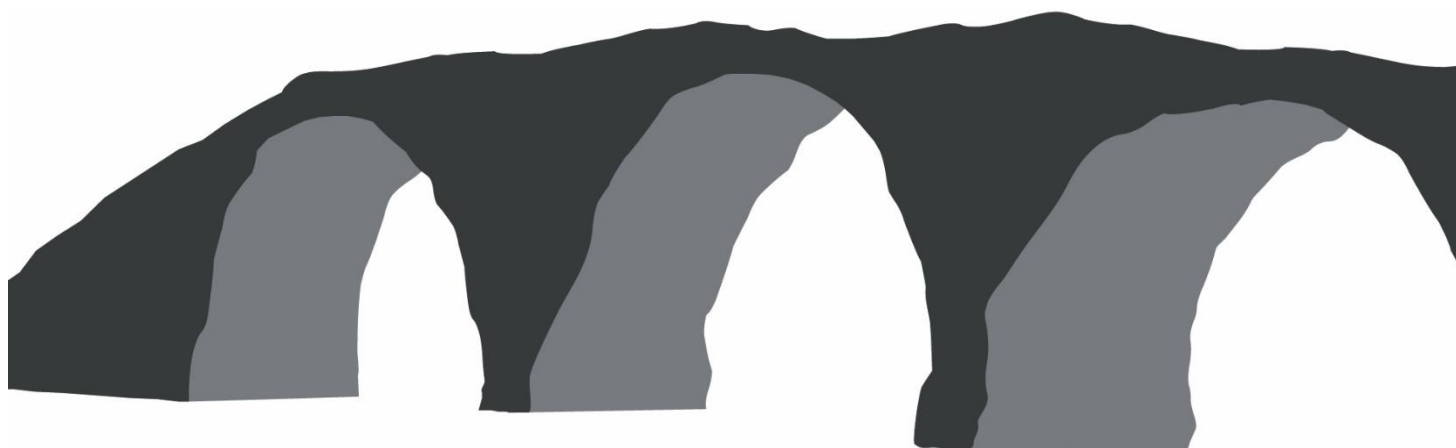
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

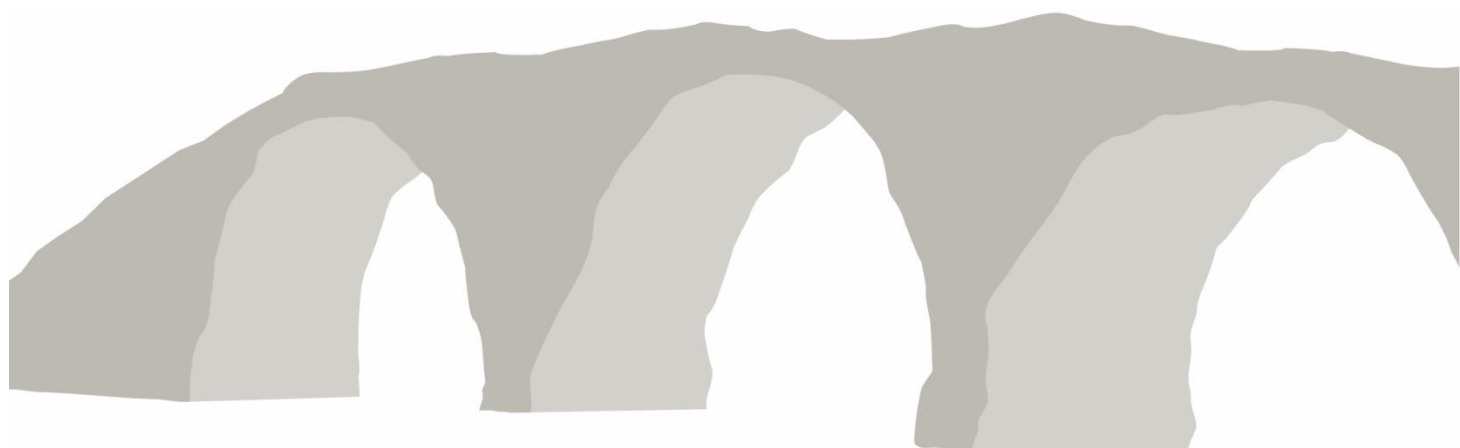
**ARQUEOLOGIA DAS PAISAGENS ESTIGMATIZADAS:
OS PROSTÍBULOS DO CHAMADO “BAIXO MERETRÍCIO” NA CIDADE DE
PELOTAS/RS (1914-1917)**

**ARQUEOLOGÍA DE LOS PAISAJES ESTIGMATIZADOS:
LOS BURDELES DE LA LLAMADA “PROSTITUCIÓN DE CLASE BAJA” EN LA
CIUDAD DE PELOTAS/RS (1914-1917)**

**ARCHAEOLOGY OF STIGMATIZED LANDSCAPES:
THE BROTHELS OF THE SO-CALLED "LOWER-CLASS PROSTITUTION"
SECTOR IN THE CITY OF PELOTAS/RS (1914-1917)**

Vanessa Avila Costa





Submetido em 11/12/2024.

Revisado em: 10/06/2025.

Aceito em: 12/06/2025.

Publicado em 30/07/2025.

**ARQUEOLOGIA DAS PAISAGENS ESTIGMATIZADAS:
OS PROSTÍBULOS DO CHAMADO “BAIXO MERETRÍCIO” NA CIDADE DE
PELOTAS/RS (1914-1917)**

**ARQUEOLOGÍA DE LOS PAISAJES ESTIGMATIZADOS:
LOS BURDELES DE LA LLAMADA “PROSTITUCIÓN DE CLASE BAJA” EN LA
CIUDAD DE PELOTAS/RS (1914-1917)**

**ARCHAEOLOGY OF STIGMATIZED LANDSCAPES:
THE BROTHELS OF THE SO-CALLED "LOWER-CLASS PROSTITUTION"
SECTOR IN THE CITY OF PELOTAS/RS (1914-1917)**

Vanessa Avila Costa¹

RESUMO

Este artigo apresentará a pesquisa arqueológica que foi realizada acerca da paisagem dos prostíbulos do chamado “baixo meretrício” na cidade de Pelotas/RS. Estes prostíbulos, destinados aos homens da classe trabalhadora, foram mapeados a partir do jornal O Rebate, referente aos anos de 1914 e 1917, que denunciava a prostituição nos pontos mais centrais da cidade. Tendo como foco a rua Tiradentes, entre as ruas Anchieta (antiga General Victorino) e Quinze de Novembro, nas proximidades do Mercado Público, trecho da cidade descrito no jornal como “Bairro Sujo” por conta da presença marcante de prostíbulos e de trabalhadoras sexuais, evidencio os processos de exclusão dessas mulheres na área central de Pelotas, bem como suas resistências cotidianas.

Palavras-chave: Arqueologia da paisagem, Trabalhadoras sexuais, Prostituição.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Brasil. E-mail: vanessaavilacosta@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo abordará la investigación arqueológica realizada sobre el paisaje de los prostíbulos del llamado "bajo meretrício" en la ciudad de Pelotas/RS. Estos prostíbulos, destinados a hombres de la clase trabajadora, fueron mapeados a partir del periódico O Rebate, correspondiente a los años 1914 y 1917, que denunciaba la prostitución en las zonas más céntricas de la ciudad. Poniendo en foco la calle Tiradentes, entre las calles Anchieta (antigua General Victorino) y Quinze de Novembro, cerca del Mercado Público—un tramo de la ciudad descrito en el periódico como "Barrio Sucio" debido a la presencia destacada de prostíbulos y trabajadoras sexuales—destaco los procesos de exclusión de estas mujeres en el área central de Pelotas, así como sus resistencias cotidianas.

Palabras clave: Burdeles, Arqueología del paisaje, Trabajadoras sexuales, Prostitución.

ABSTRACT

This article will address the archaeological research conducted on the landscape of brothels in the so-called "lower-class prostitution district" in the city of Pelotas/RS. These brothels, catering to working-class men, were mapped based on issues of the newspaper O Rebate from 1914 and 1917, which exposed prostitution in the more central areas of the city. Focusing on Tiradentes Street, between Anchieta Street (formerly General Victorino) and Quinze de Novembro Street, near the Public Market—an area described in the newspaper as the "Dirty Neighborhood" due to the prominent presence of brothels and sex workers—I highlight the processes of exclusion experienced by these women in Pelotas' central area, as well as their everyday forms of resistance.

Keywords: Brothels, Landscape archaeology, Sex workers, Prostitution.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que o período que corresponde ao final do século XIX e começo do XX é caracterizado por uma mentalidade positivista paralela ao avanço do capitalismo, que pressupôs a construção de discursos científicos: o discurso médico e higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético (Pesavento, 1994, p. 9). Políticas higienistas, Códigos de Posturas com as normas e regulamentações para a utilização dos espaços da cidade, planos de expansão e desenvolvimento urbano-industrial, o embelezamento da área central, com a construção de praças e a valorização da cultura e modos de vida europeus, começam a fazer parte do cotidiano de uma urbe que deveria ser disciplinada.

De acordo com a arquiteta Rosa de Moura (2006), nas últimas décadas do século XIX já compunha a pauta de discussões e dos projetos do Poder Público o agravamento das condições sanitárias de Pelotas pelo aumento da população urbana (p. 50). Desse modo, nas reuniões da Câmara e nas páginas dos jornais existe a preocupação com a coleta de lixo, o fornecimento de água, o esgoto das casas e os terrenos alagadiços, além de discussões sobre formas para combater as moléstias época: a varíola, a febre tifoide e a cólera (Moura, 2006). Como afirma a autora, esta preocupação com a higienização dos espaços públicos e privados, a circulação do ar, das águas e dos esgotos parados não integravam uma demanda exclusiva de Pelotas, mas de todas as cidades do Brasil, que aspiravam uma estética urbana que as relacionaria ao que é moderno e belo².

Ordenar a desordem urbana era a perspectiva empregada pelos médicos da época, e seguida pelo Poder Público Municipal, que pretendia viabilizar as “mudanças que anunciavam a construção de uma ordem burguesa na sociedade brasileira” (Engel, 2004, p. 12). Para isso, seria necessário produzir um conhecimento que pudesse intervir sobre todos os aspectos do cotidiano da cidade, como a prostituição, para conter “o caos urbano herdado do período colonial”.

Segundo a historiadora Margareth Rago, o enquadramento conceitual da figura feminina enquanto “rainha do lar” ou “mulher da vida” foi o caminho que os homens cultos do período encontraram para se referirem à condição feminina (Rago, 1991, p. 20), criando o retrato da prostituta em oposição ao da mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada (Rago, 2014, p. 122). Nesse sentido, construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina –, recoberta por imagens e metáforas assustadoras (Rago, 1991, p. 21). Conforme a filósofa e feminista negra estadunidense Angela Davis, embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade (Davis, 2016, p. 231). Afinal, o espaço considerado feminino é o âmbito doméstico que se qualifica enquanto privado e, em contrapartida, os espaços públicos eram tomados como masculinos, na produção racionalizada/sexista da cidade.

Margareth Rago (2014) ressalta a cobrança que as mulheres vindas de classes baixas sofriam, por não estarem trabalhando somente em casa e realizando as atividades do lar, ou seja, sendo as donas de casa, esposas e mães em tempo integral, como queria a burguesia. Ainda que as fábricas solicitassem cada vez mais a presença feminina em seu interior, o estigma da “mulher pública” recaía sobre elas, justamente porque estavam trabalhando fora da esfera privada da vida doméstica. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas (Rago, 2014, p. 89). Todo um discurso moralista e filantrópico acena para elas, de vários pontos do social,

² Segundo Moura (2006), até meados dos anos de 1930 essa discussão permaneceu em Pelotas.

com o perigo da prostituição e da perda diante do menor deslize (Rago, 2014). Já aquelas que procuravam o seu sustento na prostituição, segundo Rago, são vistas perante a sociedade como subversivas, pois o casamento e o trabalho do lar eram considerados a única alternativa possível para uma mulher.

Devemos considerar que na representação santificada da mãe-esposa-dona-de-casa, ordeira e higiênica, o aspecto sexual só aparece se associado à ideia de procriação (Rago, 2014, p. 114). Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios (Soihet, 2012, p. 363). E quanto àquela mulher que não seguia o ideal de feminilidade que lhe foi atribuído? De acordo com a historiadora Magali Engel, sua recusa em cumprir o papel social de esposa, mãe e dona de casa passou a ser tomada como antinatural (Engel, 2012). Os comportamentos femininos considerados desviantes – principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade – eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza (Engel, 2012, p. 333).

Cientistas como o criminologista Cesare Lombroso passaram a formular justificativas no campo da psiquiatria para os desvios no comportamento feminino, que reforçavam o discurso burguês atuante na dessexualização da mulher. Partia-se do princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, anormal (Engel, 2012, p. 340). Portanto, possuir um erotismo intenso e forte inteligência eram características que, quando manifestadas em mulheres, estavam associadas a um gênio feminino extremamente perigoso (Soihet, 2012).

Conforme Rago (2014), paulatinamente à elaboração do conceito de higiene social, a explicação do instinto natural prevalece sobre qualquer outra justificativa para as causas da prostituição, incluindo aí a da miséria econômica. Ou seja, estas causas se situavam em concepções biológicas e não sociais. Para Lombroso, as mulheres que se prostituem, diferentemente das mulheres honestas, possuem características físicas próprias, como uma fraca capacidade craniana e mandíbulas mais pesadas. Esses estudos, realizados na Europa, acabam por inspirar os médicos e criminólogos brasileiros. Tem-se então, no Brasil, mais precisamente nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento dos programas de eugenia, a fim de regular as relações sociais e sexuais que se constituem entre as diferentes classes sociais.

Com base neste referencial médico-policial é que o conceito de prostituição é construído no século XIX, segundo Rago (1991):

Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas (Rago, 1991, p. 23).

A prostituta, por esta perspectiva, simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas (Rago, 2014, p. 122).

É importante salientar que a criação do novo modelo normativo de mulher (frágil e soberana, abnegada e vigilante), que exalta as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual (Rago, 2014, p. 88), também atuou na tentativa de apagamento dos passados das trabalhadoras sexuais que viveram em

Pelotas. Inclusive a invisibilização de suas presenças é notável se analisarmos as narrativas que são selecionadas pelas políticas de patrimonialização para serem contadas a partir dos bens tombados. Como destacam as antropólogas Louise Alfonso e Flávia Rieth (2016), a narrativa hegemônica pelotense está calcada em um passado branco, elitista e machista que se atualiza no contemporâneo da cidade por meio da escolha dos elementos que são preservados pelo poder público:

Trata-se de uma história marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia (Alfonso & Rieth, 2016, p. 134).

Assim, ao pretender ir na contramão da narrativa oficial de patrimônio da cidade, em minha dissertação de mestrado intitulada “As Manifestações das Paisagens Ocultadas: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais”³, foram construídas narrativas acerca das trabalhadoras sexuais que vivenciaram a Pelotas do começo do século XX e que a vivenciam no presente, localizando a prática arqueológica na perspectiva putafeminista⁴. De acordo com a trabalhadora sexual e ativista putafeminista Monique Prada, é urgente a abertura de espaços para tratar dos temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista (2018, p. 68). Portanto, ao utilizar o viés putafeminista, foi possível posicionar esta arqueologia como uma prática marcadamente antiputafóbica⁵, para contar a história das paisagens onde se situavam os antigos prostíbulos pelotenses e das trabalhadoras sexuais que neles atuavam.

Assim, o presente artigo visa discutir a pesquisa acerca da paisagem dos prostíbulos do chamado “baixo meretrício” na cidade de Pelotas, que foi realizada no âmbito desta dissertação. Estes prostíbulos, destinados aos homens da classe trabalhadora, foram mapeados a partir do jornal *O Rebate*, referente aos anos de 1914 e 1917, que denunciava a prostituição nos pontos mais centrais da cidade. A pesquisa nos jornais foi realizada na Bibliotheca Pública Pelotense por estudantes do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que fizeram seu estágio de campo obrigatório na esfera do meu projeto de mestrado, no *Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo*.

Tendo como foco a rua Tiradentes, entre as ruas Anchieta (antiga General Victorino) e Quinze de Novembro, nas proximidades do Mercado Público, trecho da cidade descrito no jornal como “Bairro Sujo” por conta da grande presença de prostíbulos e de trabalhadoras sexuais, evidencio os processos de exclusão das trabalhadoras sexuais na área central de Pelotas, bem como suas resistências cotidianas a esses processos. A fim de evocar e manifestar os prostíbulos deste trecho que não foram preservados, foram produzidos desenhos e uma pintura pela arqueóloga e artista transfeminista Violet Baudelaire, que na ocasião também realizava seu estágio de campo em meu projeto.

³ Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi defendida no ano de 2020.

⁴ O Putafeminismo é um movimento que visa articular as trabalhadoras sexuais para lutar contra o estigma da profissão, pela garantia de direitos e pela sua regulamentação, reivindicando que o trabalho sexual é, sim, um trabalho. Nas palavras de Monique Prada (2018), este é “um feminismo verdadeiramente radical, radicalmente libertário, autônomo”, forjado “entre mulheres pobres e de pouco estudo formal” (p. 71). “Lutamos por nosso direito de existir sem estigma e sem violência, por nosso direito de criar nossos filhos e filhas em segurança, por nosso direito de ocupar espaços para além das esquinas – reais e simbólicas – nas quais temos sido historicamente segregadas” (p. 72).

⁵ Para nomear o preconceito violento contra prostitutas, as trabalhadoras sexuais cunharam o termo putafobia (whorephobia) (Prada, 2017).

A arqueóloga Beatriz Thiesen (2009, p. 145) salienta que a materialidade, como o objeto de estudo da arqueóloga e do arqueólogo, pode ser observada diretamente. Todavia, podem haver vestígios que foram destruídos, que foram efêmeros ou que nunca foram realizados, como, por exemplo, um projeto. Por isso, de acordo com a autora, existem duas formas complementares que potencializam o acesso à cultura material de uma sociedade: a observação direta e a indireta (Bruneau & Balut, 1997, pp. 46-47 apud Thiesen, 2009). Segundo a autora, devemos ter em mente que

as condições de observação não definem a arqueologia, ao contrário, são secundárias. O templo intacto e em atividade ou o que está reduzido a fantasma no solo, a fivela do cinto bem conservado ou o mesmo cinto de couro totalmente desaparecido e que estava associado à fivela, são objetos de estudo da arqueologia (Thiesen, 2005, p. 15).

Assim, nesta pesquisa, os prostíbulos pelotenses, que não estão mais fisicamente representados na paisagem, foram observados de forma indireta, por meio das denúncias do jornal *O Rebate*. Para isso, utilizei dos postulados teórico-metodológicos da Arqueologia da Paisagem. Por esta perspectiva, a paisagem é tomada, por muitas arqueólogas e arqueólogos, como artefato (Thiesen, 2005). Como ação intencional e, portanto, como artefato, ela promove objetivos políticos, econômicos, sociais e os expressa (Thiesen, 1999, p. 25). Podemos tratar do seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (Meneses, 1983). Neste sentido, ela pode ser concebida como materialidade (Tramasoli, 2015). Como afirma o arqueólogo Felipe Tramasoli (2015, p. 60), todo artefato é sinônimo de materialidade, mas nem toda materialidade é sinônimo de artefato. Isto é, a materialidade pode ser entendida de dois modos não excludentes, complementares e com uma distinção estabelecida por fins analíticos. Ou nos referimos ao mundo percebido, àquilo que nos é dado, ou, então, como resultado de uma ingerência do ser humano sobre o mundo (p. 60). De acordo com o autor,

Basta apenas termos em mente que há uma dimensão do mundo que está lá independente da nossa vontade. Podemos percebê-la de formas mais ou menos diferentes, mas ela está lá por si só. A segunda noção é a que dá conta da transformação que nós causamos, com um fim, no mundo, ou seja, com intencionalidade, formando o que convencionou-se chamar artefato. (Tramasoli, 2015, p. 60).

Por isso, como afirma o autor, a arqueologia não deve limitar-se a estudar a ingerência humana sobre o mundo – os artefatos – também deve tomar como problema a sempre existente relação entre nós e o mundo – a materialidade (Tramasoli, 2015).

Thiesen, ao compreender a paisagem como cultura material, já nos alertava, no ano de 1999, sobre o perigo de reduzi-la ao resultado de uma ação puramente intencional (artefato), a partir da leitura de Upton (1992, p. 26). Segundo ela,

é necessário entendê-la para além disto, “para o produto incidental de uma ação cultural” (Upton, 1992, p. 52). Não se trata, portanto, de “examinar simples relações entre intenção mental e criação física,

entre a mente e o artefato (mas) o estudo da cidade como cultura material obriga a investigar as relações recíprocas entre os homens e as alterações humanas do ambiente, levando em conta intenção e reação, ação e interpretação” (Upton, 1992, p. 52). (Thiesen, 1999, p. 26).

Como destaca Thiesen (1999), a paisagem não é cenário, nem pano de fundo. Nas palavras da arqueóloga Barbara Bender (2002), ela é um conflito profundo: não é somente vista, é também experimentada e vivida em toda sua essência. Portanto, mais que um simples reflexo da organização das coisas, ou mediadora de gostos, ela é uma força ativa na criação, legitimação e mudança social (Rubertone, 1989, p. 50 apud Thiesen, 1999, pp. 24-25). Sendo uma força ativa, como ressalta a arqueóloga Ana Cristina de Sousa, atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências (Sousa, 2005, p. 295). Nesse sentido, pode ser compreendida como uma produção integrada tanto à reprodução como à contestação do poder político (Sousa, 2005, p. 295).

PAISAGENS TEMIDAS, PAISAGENS-FANTASMAS, PAISAGENS ESTIGMATIZADAS: AS CASAS DE TOLERÂNCIA DO “BAIRRO SUJO”

A celebre quadra da tiradentes

(...) Seria uma obra de saneamento moral, se houvesse uma autoridade que, tomando a serio o cargo para que é pago, ordenasse o fechamento das casas de tolerancia (...) que infestam áquella quadra, que esta situada num dos pontos mais centraes da cidade. (O Rebate, 7 de dezembro de 1914, p. 1).

Conforme Rago, a temática da prostituição despertou interesse desde meados do século XIX não apenas entre médicos, juristas, criminologistas e literatos, mas também entre jornalistas. Este interesse esteve estreitamente ligado a preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial (Rago, 1991, p. 19).

Afinal, como em uma cidade que se quer Princesa do Sul, “tudo se tolera beaticamente, numa eclosão de amor... licencioso”? “Em todo caso, O REBATE cumpre seu dever, desvendando esses horríveis cancos que roem o organismo combalido desta misera princesa desthronada” (O Rebate de 8 de março de 1915, p. 2). Vale lembrar, como afirma Rago (1991, p. 23), que o conceito de prostituição construído no século XIX é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável na sociedade. Condenando e estigmatizando a prostituição, se quer eliminá-la como uma parte cancerosa, como destaca a autora. Por isso, a metáfora orgânica do “cancro social” é utilizada para designar o comércio amoroso (Rago, 1991).

Temos que considerar ainda que os discursos sobre os passados criados por nossa sociedade apagaram muitas categorias de pessoas em detrimento do pretensioso e glorioso passado europeu, branco, cis-heteronormativo e patriarcal (Baudelaire, 2019a, p. 2). As mulheres (cisgêneras, transgêneras, lésbicas, bissexuais, negras, brancas...), as pessoas negras em geral, os trabalhadores, nas palavras de Baudelaire (2009a), foram varridos para as margens da história tradicional e só eram lembrados quando a ciência, positivista, machista, transfóbica e racista pretendia constituir estereótipos pré-conceituosos sobre essas pessoas (p. 2). Dessa forma, legitimava e naturalizava historicamente nossas relações de poder e os discursos de ódio vigentes

em nossa sociedade (Baudelaire, 2019a, p. 2). Os jornais, enquanto aparelhos políticos-ideológicos disfarçados de meios informativos onde a neutralidade e a busca pela “verdade” dos fatos são imperantes, também foram responsáveis por construir esses estereótipos.

O jornal O Rebate, mais do que outros jornais que circulavam na década de 1910, veiculou uma gama de reportagens investigativas, relatos de crimes, notícias polêmicas, poemas, folhetins e propagandas que utilizavam a temática criminal (Gouvêa, 2013, p. 1). Por conta desse seu caráter, a fim de despertar o interesse do público, lançava uma gama relativamente ampla de notícias que envolviam trabalhadoras sexuais, além de demonstrar os locais onde os prostíbulos estavam situados como uma forma de denunciá-los diante da ineficácia do poder municipal para detê-los. Estas descreviam, em sua maioria, cenas repletas com as diversas formas de violência as quais as prostitutas sofriam, incluindo agressões físicas, tentativas de feminicídio e, até mesmo, de suicídio, como é o caso da notícia abaixo, correspondente ao jornal do dia 12 de janeiro de 1915 (p. 2):

“O terrível lysol

Tentou suicidar-se, hoje, às 2 horas da tarde, a mundana Albertina Lukewi (vulgo Polaca) residente à rua Dr. Cassiano, na casa de tolerância de Maria do Trote.

A tresloucada rapariga ingeriu pequena dose de lysol. Quando o toxico começou o seu efeito, a infeliz bradou por socorro, sendo atendida pelas companheiras, que lhe deram, um antidoto, ficando fora de perigo.

O motivo do ‘suicídio’ foi ‘paixonite aguda’.”

As crônicas policiais, além de apresentarem os acontecimentos diários da urbe pelotense, mostravam igualmente como as informações dos crimes eram editadas e publicadas com um discurso peculiar dos jornais no início do século XX (Gouvêa, 2013, p. 1). Suas notícias são carregadas de sensacionalismo e dramatização, misturando personagens e histórias reais com a ficção. Nas palavras de Gouvêa, confundiam realismo e romance, por meio de tragédias diárias com lugares e personagens que existiam na vida real (p. 4). São os chamados *fait divers*. Estas crônicas policiais preenchiam o noticiário de forma variada, detalhada e às vezes cômica, com casos curiosos e misteriosos, dramas violentos ou absurdos, relatos rápidos ou extensos (Gouvêa, 2013, p. 3), produzidas com a finalidade de atrair leitores e, consequentemente, vender mais exemplares. Portanto, segundo a autora, as crônicas não podem ser entendidas nem como acontecimentos verdadeiros e, muito menos, falsos, já que “os *fait divers* apresentam indícios culturais do tempo em que foram produzidos, e como qualquer outro documento não são reflexos de uma realidade passada” (Guimarães, 2007, p. 325 apud Gouvêa, 2013, p. 4). Isto é, são frutos do contexto histórico em que foram produzidos e precisam ser compreendidos como tal.

É necessário que nos indaguemos: se as versões de verdades são diversas e plurais, como podemos determinar que existe apenas uma verdade sobre um acontecimento e colocá-la enquanto absoluta? A verdade dos jornalistas que registram o fato é a mesma daquelas/es que vivenciaram este fato? Quais seriam as versões dos acontecimentos se estes fossem contados pelas próprias trabalhadoras sexuais e não pelos jornalistas de um jornal local de caráter conservador?

Ao vislumbrar as notícias sobre o que se configurava para os repórteres do jornal O Rebate enquanto desordens ocasionadas pelas prostitutas que trabalhavam nos prostíbulos em pleno centro de Pelotas, apreendi

suas denúncias ao que chamavam de “imoralidade” como uma forma de conceber as paisagens novecentistas. Paisagens estas que estão estritamente relacionadas às trabalhadoras sexuais e que, por isso, são estigmatizadas. Afinal, é o fantasma da prostituição (Rago, 1991, p. 37) – o que a psicóloga Gail Pheterson (1986) também chama de estigma de puta – que determina em quais ruas as mulheres que não exercem o trabalho sexual devem circular, quais roupas devem usar e como, no geral, devem se comportar, para que não sejam vistas como prostitutas. Como observa Rago, a mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública” (Rago, 1991, p. 40).

É dessa forma que o estigma atua e, por isso, tem sido uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal (Prada, 2018, p. 35). Tal como fantasmas, os trechos da cidade onde haviam a presença de prostíbulos eram temidos e, ao mesmo tempo, desconhecidos por muitas, que eram proibidas por seus pais ou maridos de ousarem chegar perto destes locais, apesar de muitos deles os frequentarem. Inclusive era uma das reivindicações das ditas famílias “respeitáveis” o maior controle e censura da moralidade pública (Rago, 1991, p. 38), como é demonstrado no Jornal O Rebate. Entretanto, por que estes prostíbulos continuavam no centro, mesmo diante de tantas denúncias?

Para compreender os motivos pelos quais os prostíbulos da baixa prostituição se situavam em pontos tão centrais de Pelotas ao longo dos anos de 1914 a 1917, sem que estes sofressem processos de remoção para áreas mais periféricas da cidade, considerando o discurso médico-higienista vigente no período, procurei por estudos que tratassem da rua Tiradentes ao final do século XIX e começo do século XX. Encontrei pesquisas que discutem a situação das moradias de operários, da comunidade negra e das prostitutas. As habitações encontradas, ao contrário dos prostíbulos, não gozavam de tanto “status” (Prada, 2018) perante as autoridades. Eram malvistas por estas e precisavam ser efetivamente eliminadas da área central: os chamados cortiços.

Conforme a jornalista Patrícia de Lima, Pelotas “empreendeu uma cruzada contra os cortiços, encampada pela Delegacia de Higiene, órgão que, na teoria, deveria zelar pelas condições sanitárias de toda a cidade” (Lima, 2016, p. 51). Todavia, na prática concentrava-se em promover o fechamento dos cortiços e fazer com que seus proprietários providenciassem as melhorias dessas habitações coletivas. Considerados “antros de doenças e indivíduos de índole questionável” (Dode, 2012, p. 11), os cortiços deveriam ser higienizados. Seus indesejáveis moradores e as próprias estalagens poluíam a visão da cidade que se inspirava na moderna Europa para modelar seu cotidiano e, conseqüentemente, precisavam ser “varridos” para locais mais afastados do centro. Pois,

O que significa, numa cidade como Pelotas – pode-se dizer sem exagero – viverem, ociosamente, em cortiços imundos, verdadeiras sentinelas, mil ou duas mil mulheres, explorando a prostituição mais reles, passando as noites e os dias na ebriedade e nos maxixes, recusando-se ao serviço em casas de família, ou impondo-lhes condições tais que importam uma confissão implícita de não quererem trabalhar honestamente? Ali está a sede da grande variedade de males oriundos da malandrice e da sífilis que envenena e dizima as populações, transformando-se da noite para o dia, homens válidos em verdadeiros cretinos. (Jornal Correio Mercantil de 25 de novembro de 1892, p. 1 apud Gill, 2004, p. 140).

Lima (2016) destaca o esforço do governo municipal para higienizar estas habitações. Como afirma a autora, a Delegacia de Higiene promoveu, em 1906, uma viagem patrocinada para a imprensa pelos cortiços.

Proposto pelo delegado de higiene, José Calero, acompanhado pelos jornalistas do Diário Popular, Correio Mercantil e A Opinião Pública, “o passeio percorreu diversos cortiços e contrafeitos, revelando as péssimas condições de higiene e o estado de degradação e indignidade em que viviam os moradores” (Lima, 2016, p. 51). A fim de garantir a eliminação ou a melhoria dessas habitações, este foi realizado com o intuito de adquirir o apoio dos jornalistas para a campanha de saneamento de Pelotas. “Os jornais, como previsto, afiançaram, nas reportagens que se seguiram, a necessidade de promover a limpeza da urbe. Afinal, a elite leitora considerava que as doenças que espreitavam os seus respeitáveis lares tinham origem ali” (Lima, 2016, p. 51)⁶.

De acordo com Rosa de Moura, no “final do século XIX, essas moradias (...) ocupavam zonas centrais ou muito próximas aos centros urbanos” (Moura, 2006, p. 75). No dia 19 de fevereiro de 1881, a fim de efetivar a criação de um zoneamento social, as construções denominadas cortiços foram proibidas pelos vereadores dentro do perímetro situado entre as ruas Paysandu (atual Barão de Santa Tecla), Santo Antônio (atual Senador Mendonça), Jatahy (atual Gonçalves Chaves) e 7 de Abril (atual Dom Pedro I). Nesse sentido, a necessidade de estabelecer uma área livre dessas construções sugere que este tipo de moradia já era comum em Pelotas e não correspondia ao padrão pensado para ocupar, pelo menos, os inúmeros terrenos vazios contidos dentro do perímetro de proibição (Moura, 2006, p. 55).

Em 19 de dezembro de 1888 um novo Código de Posturas foi aprovado para a cidade. Nele o perímetro de proibição de cortiços, definido em 1881, foi ampliado, mantendo-se os limites, respectivamente à Rua Gonçalves Chaves e ao curso do Arroio Santa Bárbara. “Proibia-se, assim, a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes” (Moura, 2006, p. 59).

A autora, a partir de documentos do Conselho Municipal, da Intendência, jornais e nos boletins da Delegacia de Higiene, localizou os cortiços de Pelotas, tomando como base um mapa da cidade de 1909 (Figura 1).

A área laranja do mapa mostra o perímetro de proibição da construção e reforma dos cortiços. A área amarela representa o aumento do perímetro em 1888. Em vermelho estão marcados os cortiços, em roxo o Mercado Público e em verde as praças. Segundo Moura, “a região de maior número de cortiços é aquela ao sul da Praça da República, com duas áreas de maior concentração, na Rua Tiradentes e na Várzea do Arroio Santa Bárbara, ambas fora das áreas de proibição, mas contíguas a elas” (2006, p. 76).

Tomando como modelo o mapa utilizado por Moura (2006), utilizei o mesmo mapa de 1909 para analisar onde os prostíbulos de 1914 a 1917 estavam localizados na paisagem novecentista. Sobre tudo, se estes se situavam dentro ou fora do perímetro de proibição e reforma de cortiços.

⁶ Na primeira página do jornal Diário Popular, referente ao dia 11 de setembro de 1916, foi publicada uma notícia que relata a situação aos quais os/as habitantes dos cortiços foram vistos pelos jornalistas: “Na sua maior parte, eles não são moradias humanas: são antros sem ar, sem luz, furnas úmidas, antecamaras dos hospitais da Santa Casa, focos de anemia, de tifo e da terrível tuberculose, onde os desprotegidos da sorte se revesam, contaminando-se de tais males, que depois trazem cá para fora, propagando-os pelas oficinas e pelos nossos lares. Nesses cortiços, empilhados, vivem dezenas de indivíduos: quatro, seis, oito e mais por cubículo! Cinquenta, sessenta, oitenta num corredor estreito, onde não se esbatem, benfazejos, os raios do sol, onde uma água esverdeada brota do chão, das paredes amareladas, com grandes máculas escuras de expectoração. Num estreito espaço está tudo: leito, mesa, bancos, baú, bacias, fogareiro, o cão, o gato e os vasos de noite... ou as latas que fazem o efeito destes. Em alguns, então, quando a chuva despenha-se, não há dia! Seus moradores, para que o cômodo não fique alagado, fecham as minúsculas portas e janelas de madeira, sem vidros, e lá dentro, à luz mortífera de um candeeiro, alimentado a azeite, ou de uma vela de sebo, exalando odores repugnantes, em consórcio com as emanações do carvão, que crepita em fogareiros, desenrola-se a vida doméstica!” (Apud. Lima, 2016, p.p. 51-52).

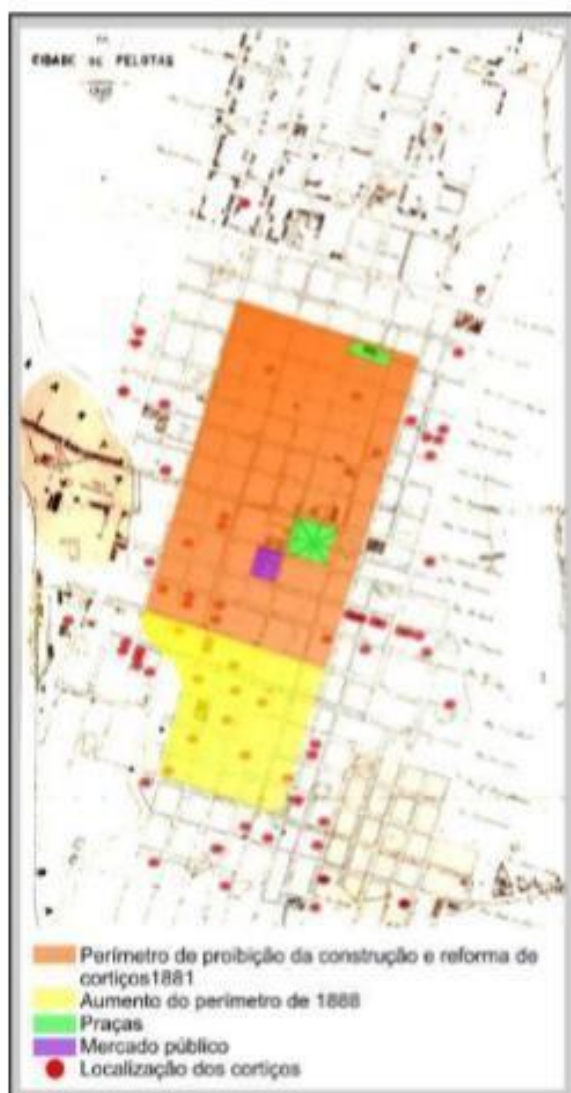


Figura 1. Mapa com a localização dos cortiços. Fonte: Moura (2006, p. 75).

Assim, foi criada uma cartografia (Figura 2) onde os prostíbulos encontrados no jornal *O Rebate* foram desenhados em suas respectivas ruas. Além dos desenhos, também foram feitas colagens da Praça Coronel Pedro Osório, do Mercado Público, do Theatro Sete de Abril, entre outras, para que leitoras e leitores identifiquem melhor o centro da cidade. Os nomes das trabalhadoras sexuais descritos no jornal também foram colados no mapa, para mostrar que elas não devem ser esquecidas, juntamente com frases que manifestam suas presenças e resistências. Além disso, pintei de amarelo o perímetro de proibição da construção e reforma de cortiços de 1881 e em verde o aumento do perímetro de 1888. Pude observar, assim, que a maioria dos prostíbulos estava dentro da área que era considerada de maior valor pela cidade, a menos vulnerável a enchentes. As casas de tolerância de Maria do Trote, Maria Pereira e Vassoureira de tal, a que estava situada na rua General Netto, entre as ruas General Victorino e Felix da Cunha, além dos prostíbulos situados na rua Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e General Victorino e entre as ruas General Victorino e Felix da Cunha (Figura 3), ficavam todos localizados dentro do primeiro perímetro de proibição da construção e reforma dos cortiços, criado em 1881. Já as casas de tolerância de Rosalina Maia, de Ambrozina Azevedo, a que estava localizada na rua Marques de Caxias e a da General Argollo, esquina com 15 de novembro, se situavam fora dos perímetros criados em 1881 e 1888. Nenhum prostíbulo estava dentro do perímetro de 1888.

ARQUEOLOGIA DAS PAISAGENS ESTIGMATIZADAS:
OS PROSTÍBULOS DO CHAMADO “BAIXO MERETRÍCIO” NA CIDADE DE PELOTAS/RS (1914-1917)



Figura 2. Cartografia construída a partir do mapa de Pelotas de 1909 e área de maior incidência de prostíbulos ao longo dos anos de 1914 a 1917. Fonte: Mapa base de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPel.



Figura 3. Ampliação da cartografia na área que corresponde ao trecho da rua Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e Félix da Cunha, que apresenta a maior concentração de prostíbulos, e detalhes da legenda. Fonte: Mapa base de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPel.

Se observarmos no mapa criado por Rosa de Moura (Figura 1), por exemplo, o trecho da rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, veremos que a área está livre de cortiços. No entanto, ainda que os prostíbulos sejam considerados focos de imoralidade pelos jornalistas do O Rebate que os denunciam para que as autoridades tomem alguma providência, assolando os ditos “cidadãos de bem” que por ali passam, estes dominam a paisagem próxima ao Mercado Público. Isto é, estão dentro do perímetro de proibição de cortiços. São eles a Bodega do Raphael, a Espelunca da Catharina Cuniga, o Café da Infância, o Fregue de Frutuoso Alves e a Bodega de Antonio Fernandes, que conformam o “Bairro Sujo”, quadra assim denominada pelos jornalistas do O Rebate, afinal, o discurso médico-policial passou a associar a prostituição à imagem da sujeira, da doença, de tudo aquilo que devemos rejeitar para o bem da sociedade (Rago, 1991).

Não podemos negar que os prostíbulos, arquitetonicamente, possuíam semelhanças com os indesejáveis cortiços. Nos prostíbulos, que geralmente também serviam de moradia para as prostitutas que neles trabalhavam, viviam muitas mulheres. Possuíam cozinhas, tinas para lavar roupas e quintais compartilhados, além de terem muitos quartos que eram destinados ao atendimento dos clientes das trabalhadoras sexuais. Consequentemente, não havia condições de salubridade adequadas nesses espaços, ainda que a rede de esgotos tenha sido construída a partir do ano de 1912 e entregue à população em 1915 (Moura, 2006). Além disso, eram desprovidos de banheiros.

Tal como acontecia nos cortiços, várias pessoas (nesse caso, mulheres) compartilhavam o mesmo espaço. Acrescenta-se ainda que tanto suas habitantes (as prostitutas) quanto seus clientes, pertencentes à classe trabalhadora, que de acordo com o jornal O Rebate viviam provocando desordens e pancadarias, eram considerados indesejáveis, da mesma forma que os/as moradores/as dos cortiços.

Pensando em todas as semelhanças entre os cortiços e os prostíbulos, a arqueóloga Violet Baudelaire inspirou-se na arquitetura dos primeiros para desenhar um dos prostíbulos da Tiradentes que era frequentemente citado no jornal O Rebate, denominado Café da Infância. A notícia abaixo, de cunho sensacionalista, é uma das que fazem menção a este prostíbulo.

“Quadros vivos

a apologia do nu

Sempre a rua Tiradentes

Na faina diaria de registrar factos passados nas ruas já nos habituamos a descrever as scenas havidas na celebre quadra da rua Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Terríveis borracheiras, grande badernas, ciúmeiras e suicídios, punhaladas, tiros e pancadaria grossa, dão-se quase diariamente. O facto que vamos registrar é inedito, em Pelotas. A meretriz Tininha, em companhia de outras “hetarias”, foi a espelunca denominada “Café da infância”, e, com as collegas, despiu os trajes, envergou roupas de renda, sahindo a passeio... N’essa exhibição de plastica se divertiram até aborecer-se: Os guardas que policiam aquelle trecho, que envergonha Pelotas, nada viram, ou aliás viram e... gostaram. Santa cegueira...” (O Rebate de 14 de dezembro de 1914, p. 2).

É importante ressaltar que a partir de notícias como esta, os jornalistas do O Rebate buscam criar o estigma da puta do “Bairro Sujo”: uma mulher desordeira e escandalosa, que vende seu corpo a homens de índole bastante questionável nas bodegas da Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Este estigma construído seria um modo de legitimar os discursos formados pelas famílias que reclamavam da

importunação causada pelos prostíbulos, com o objetivo de garantir a venda de seus exemplares, formando uma opinião pública contrária aos “antros de immoralidade” do “Bairro Sujo”. Afinal, aquelas mulheres deveriam ser jogadas para áreas mais afastadas do centro, junto com as “immundas tascas” onde trabalham, deixando assim aquele espaço tão central livre para que as famílias pudessem ali residir.

A historiadora Melissa Gouvêa (2013) afirma que a quantidade de crimes noticiados e os destaques nos jornais que eram publicados durante a década de 1880 até meados dos anos de 1920, tendem a mudar de acordo com as “inclinações políticas de cada jornal, das simpatias, das idiossincrasias com relação a determinado chefe de polícia” (Fausto, 2001, p. 180 apud Gouvêa, 2013, p. 2). Nesse sentido, a abundância de notícias de crimes que diariamente são encontradas no jornal *O Rebate* pode ser entendida como uma maneira de criticar o governo municipal (Gouvêa, 2013). Esse discurso das famílias, ancorado pelo jornal, atua como medida para pressionar o poder público a agir contra o meretrício que ocorre no trecho, já que a polícia, duramente criticada nas notícias, não estava cumprindo o seu papel e detendo as mulheres e os prostíbulos.

Assim, Violet, a partir leitura do livro “O cortiço” de Aluísio Azevedo, publicado pela primeira vez em 1890, compreendeu que os cortiços eram formados por conjuntos de casinhas de porta e janela, construídos com poucos recursos disponíveis, utilizando todo tipo de material que sobrava de outras construções, como diferentes tijolos, madeiras, etc⁷. Inspirada pela leitura, ela desenhou o Café da Infância (Figura 4) com muitas portas, indicando os quartos destinados aos encontros, um quintal no centro da estrutura, com um poço de água e uma área destinada para lavar roupas. Os prostíbulos, especialmente os da Tiradentes, também possuíam bares, que serviam bebidas e, até mesmo, alguns aperitivos para seus clientes. Por isso, ela também desenhou um bar. Além do mais, para demonstrar que o prostíbulo se situava nas proximidades do Mercado Público, ela desenhou uma das torres e o relógio do Mercado ao fundo.

A fachada do Café da Infância foi desenhada a partir de uma mistura dos materiais de construção, como é possível ver na Figura 5. Este foi feito ao lado de uma casa que fica localizada na rua Tiradentes com a esquina da General Victorino, construída no final do século XIX, situada em frente ao Mercado Público. Violet considerou conveniente representar o prostíbulo ao lado dessa casa, já que não sabemos a localização exata dele.

⁷ “João Romão observa durante o dia quais as obras em que ficava material pro dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre rumor.” (Azevedo, 2019, p. 10). “(...) comparecia à todos os leilões de materiais de construção, arrematava madeiramentos já servidos; comprava telha de segunda mão, fazia pechincha de cal e tijolos; o que era tudo depositado no seu extenso chão vazio, cujo aspecto toava em breve o caráter estranho de uma enorme barricada, tal era a variedade de objetos que ali se apinhavam acumulados: tábuas e sarrafos, troncos d’árvore, mastros de navio, caibros, restos de carroças, chaminé de barro e de ferro, fogões desmantelados, pilhas e pilhas de tijolos de todos os feitios, barricas de cimentos, montes de areia e terra vermelha, aglomerações de telhas velhas, escadas partidas, depósitos de cal, o diabo afim; ao que ele, que sabia perfeitamente como essas coisas se furtavam, resguardava, soltando a noite formidável cão de fila.” (Azevedo, 2019, pp. 15-16).



Figura 4. Desenho do Café da Infância produzido por Violet Baudelaire (2019).



Figura 5. Desenho da fachada do Café da Infância produzido por Violet Baudelaire.

É importante ressaltar que esta é apenas uma versão a respeito da possível conformação dos prostíbulos. Temos que levar em conta que “ao pensar o passado de qualquer sociedade, também estamos construindo de certa forma uma rede de significados sobre aquele contexto” (Baudelaire, 2019a, p. 4). Desse modo, nas palavras de Baudelaire,

Não se trata de traduzir o passado para o presente, ou um contexto cultural para outro, mas sim como diria o autor Guilherme Gontijo Flores, de transcriar. Para Flores (2017), ao decorrer sobre as teorias de tradução de textos poéticos, ele percebe que alguma coisa sempre se perde quando traduzimos um texto de uma língua para outra, mas alguma coisa também se ganha ao fazer isso. Por que a linguagem não é apenas em palavras, mas também é em gestos corporais, sons, cores, formas, ritmos, significados e signos múltiplos. Ele diz que não existe um texto original, porque até mesmo quando lemos o mesmo texto mais de uma vez podemos ter interpretações diferentes. Logo, ao invés de pensar na ideia de traduzir de um original para uma cópia infiel, o autor nos propõe que façamos uma cópia da cópia, ou seja, transcriamos, criamos porque ao traduzir um texto, uma língua ou um passado, estamos criando um discurso, trans porque estamos indo além de um simples processo de procurar equivalências linguísticas. Estamos performando línguas, discursos, significados e por tanto práticas cotidianas, formas de vida social (Baudelaire, 2019a, p. 4).

Os desenhos produzidos por Violet Baudelaire são transcrições. Portanto, não tem a pretensão de retratar com exatidão como eram os prostíbulos pelotenses, mas de performar paisagens do passado através do envolvimento da Arqueologia com a Arte, expressando as (re)existências que lhe são intrínsecas.

Em seu estágio de campo, partindo do conceito de transcrição, ela também produziu uma pintura a partir de uma notícia do jornal que, apesar de sensacionalista, evidenciava as resistências cotidianas das trabalhadoras sexuais do “Bairro Sujo”.

A actividade da polícia

Hoje, às 6 horas da manhã, quando já era regular o movimento nas ruas, as mulheres Chininha, vulgo “Corumbá” e Emilia, vulgo “Polaca”, postadas á rua Tiradentes na Bodega do Raphael, entre 15 e General Victorino, entraram a apedrejar as pessoas que passavam por aquelle local. Para remate, as terríveis mulheres, fazendo uso de uma vasilha contendo agua, começaram a molhar os transeuntes. Além d’isso, pronunciavam, em ato brados, as maiores obscenidades. Resta-nos saber porque a nossa policia obtem-se de dar uma providencia cabível, extinguindo a immundicie existente naquele ponto tão central e movimentado?! Será ... tolerancia? Nós constatamos todos os dias, factos reprováveis naquele ponto e, no entanto, é “chover no molhado”.

Assim, Violet decidiu fazer uma pintura com tinta a óleo como uma forma de manifestar não só essas resistências, mas também as presenças de trabalhadoras sexuais travestis, invisibilizadas nos jornais. Temos que levar em conta que uma prostituta travesti negra era triplamente oprimida, em função de sua classe social, gênero e raça, sofrendo transfobia, putafobia e racismo. Desse modo, ela pintou uma mulher cisgênera branca, Emilia Podovisky, que tinha por apelido “Polaca”, e também Chininha, apelidada de “Corumbá”, que foi representada como uma travesti negra. Na imagem, enquanto Emilia joga água em um homem que está segurando uma cruz, Chininha segura pedras para apedrejá-lo (Figura 6).



Figura 6. Pintura produzida por Violet Baudelaire.

Segundo Baudelaire, os elementos utilizados para a pintura foram pensados propositalmente segundo as tendências de consumo mais comuns na sociedade ocidental de 1915 (2019a, p. 6). Dessa forma, foram usadas como base fotografias e ilustrações do período e artigos sobre a moda daquele tempo, como o exemplar digital do livro “Storyville portraits: photographs from the New Orleans red-light district, circa 1912” de E. J. Bellocq, que foi publicado em 1970 e que contém diversas fotos de prostitutas em meados de 1912. Na pintura, as trabalhadoras sexuais estão usando chapéus e vestidos longos. Também está presente um urinol de faiança fina que possui a técnica decorativa transfer printing, de estilo chinoiserie e padrão willow, usado por “Polaca” para jogar água.

Uma das trabalhadoras sexuais está segurando um cachimbo para uso de substâncias psicoativas como tabaco e cannabis. Conforme Baudelaire, “é importante lembrar que o consumo dessas substâncias era muito comum entre as classes mais marginalizadas”. Inclusive “alguns autores interpretam isso como um meio de

amenizar as desigualdades de gênero e raça, e naquele período o uso, plantio e consumo variado da cannabis ainda não havia sido criminalizado no Brasil” (Baudelaire, 2019a, p. 6).

De acordo com o arqueólogo Shay Rodriguez (2018), os elementos da cultura que podem ser considerados falocêntricos devem ser interpretados para além do pênis, já que o falo simboliza uma ideia de masculinidade. Coisas como charutos e cigarros podem ser vistas como representações convencionalmente construídas da masculinidade e virilidade dos homens. Ao longo do século XIX, as mulheres passaram a adotar materialidades que eram utilizadas até então apenas pelos homens, na tentativa de performar o poder que os significados falocêntricos atribuíam aquelas coisas, como por exemplo o salto alto (Baudelaire, 2019a, p. 6). Foi sobretudo para mostrar essa reação de inversão e desconstrução da cultura falocêntrica que Violet decidiu colocar uma trabalhadora sexual segurando um cachimbo na pintura. Ela também destaca a preocupação que teve com a oposição das cores das roupas, ditas femininas e ditas masculinas, e a justifica explicando que durante o século XIX a moda passou a ser cada vez mais considerada feminina, pois “este é um período na sociedade moderna em que as ideias de gênero binárias e cis-heteronormativas começam a ganhar cada vez mais poder e presença nas coisas que constituem as vidas das pessoas oitocentistas” (Rodriguez, 2018, p. 7).

Esse processo sofre influência de uma série de mudanças que vinham acontecendo desde o final da Idade Média, como o surgimento gradual de uma classe burguesa baseada nas ideologias industriais, produtoras, racionais e economicistas da assim chamada “Ética Protestante”. Enquanto a aristocracia se utilizava da moda para se diferenciar de quem não tinha o que eles chamavam de “sangue real”, ou seja, quem não era nobre, a burguesia queria se diferenciar negando toda luxúria e o exagero da vida aristocrata (...). A burguesia então associou a moda apenas às mulheres, embora todas as pessoas sejam afetadas por modos de viver, ser, parecer e estar. E de repente as roupas associadas aos homens passaram a ter cortes e ângulos retos, cores neutras, pasteis e sóbrias, enquanto que as roupas destinadas às mulheres eram coloridas, estampadas e ainda possuíam um toque da aristocracia (Rodriguez, 2018, p. 7).

O homem foi pintado utilizando roupas consideradas masculinas, ou seja, de aspecto sóbrio, com linhas e ângulos retos e cores neutras, que davam a impressão de que a moda era uma coisa fútil, inútil e improdutora, algo que o homem moderno não deveria expressar (Vieira-Sena et. al, 2011 apud Baudelaire, 2019b, p. 16). Além disso, sua expressão facial lembra a ideia de medo, curvando as sobrancelhas para o centro superior do torus supraorbital e criando linhas no centro da testa (Baudelaire, 2019b, p. 16). Este está segurando uma cruz em sua mão para demonstrar a relação paradoxal que há entre as ideologias hegemonicamente cristãs e as práticas e discursos de ódio machistas de nossa sociedade (Baudelaire, 2019b, p. 23). Já as trabalhadoras sexuais estavam utilizando vestidos com decotes ousados para os padrões de vestimenta vigentes na época. É importante lembrar que embora o modelo do vestido que Violet pintou tenha sido inspirado por uma foto do que era considerado tendência entre as mulheres em meados de 1915 (com exceção do decote, que foi uma criação propriamente sua), “nada garante porém que as mulheres às margens socioeconômicas tivessem acesso a esse tipo de roupa, já que as vestimentas que foram retratadas eram geralmente de alta costura” (Baudelaire, 2019b, p. 3).

As trabalhadoras sexuais e o homem foram pintados em frente a uma parede de tijolos e pedras de tamanhos irregulares em tons de cinza, preto e branco para contrastarem com as vestimentas das pessoas. Mas também para demonstrar que poderia haver a possibilidade dos prostíbulos do trecho da rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, terem sido construídos utilizando diferentes tipos de materiais

que eram reaproveitados, tais como os cortiços. Assim, a fachada da Bodega do Raphael, demolida como uma forma de esquecer as histórias das trabalhadoras sexuais que trabalhavam e viviam na Tiradentes, também foi transcrita por Violet.

Além disso, a pintura foi realizada em 4 folhas A3, não só para ter mais espaço para pintar detalhes, como também para criar uma espécie de quebra-cabeça, pois como afirma Violet, na Arqueologia

Construir discursos sobre o passado é olhar para uma série de vestígios, mas nunca para o todo. Sempre existem lacunas invisíveis. Temos que tentar costurar o passado a partir destas coisas fragmentadas que sobreviveram ao tempo e a borracha da história. Por isso a ideia de costurar as imagens em 4 folhas diferentes (Baudelaire, 2019a, p. 10).

Em 15 de março de 1905, o cronista Arthur Hameister, assinando com o codinome Vitú, na coluna Notas do Dia, no Diário Popular, dá uma breve descrição sobre a rua Tiradentes, nas proximidades do Mercado (Lima, 2016):

Aquilo não é rua, não é quadra, não é nada: é um inferno. É a caldeira do Pedro Botelho, é a famosa latrina do mercado, a qual não tem água, nem esgoto, e atira para ali tudo o que nela se contém. Mas, não só os imundos detritos da latrina invadem a desventurada e mal nivelada quadra, mas também os despejos de quase todos os moradores do mercado! Não há quem possa resistir à noite e às horas de sol ardente, as emanções mortíferas que se exalam das sarjetas daquele local. É bem de prever que, se ao mal não derem remédio, em breve veremos irromper dali o cóleramorbus, à frente da bubônica, da tísica, das febres e do tifo (Diário Popular de 15 de março de 1905 apud Lima, 2016, p. 17).

Afinal, se a questão por trás da eliminação dos cortiços era a higienização das moradias e das pessoas que lá moravam (operários/as, negros/as e prostitutas, entre outros habitantes indesejáveis), por que a quadra da rua Tiradentes não era inspecionada pela Delegacia de Higiene, já que também era formada por essas pessoas? Se, pela visão de médicos-sanitaristas, “o bordel deveria ser o anticortição, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a intimidade burguesa” (Rago, 2014, p. 124), por que os prostíbulos eram tão semelhantes aos cortiços? Se esta constituía uma das áreas mais valorizadas da cidade, por que os prostíbulos não eram removidos para as zonas com maior possibilidade de enchentes, assim como ocorrera com os cortiços? Isso demonstra que o governo municipal não tinha interesse em higienizar e eliminar os prostíbulos, pelo menos durante o recorte temporal de 1914 a 1917. Mas por quê? Afinal, o que a paisagem da prostituição significava para esta sociedade do começo do século XX?

Como destaca Margareth Rago, o sociólogo Michel Maffesoli em “A Sombra do Dionísio” (1985) explica que uma sociedade não pode impedir a manifestação das forças dionisíacas, do prazer e do lúdico que operam em seu interior, sem correr o risco de ver explodir em formas violentas e perversas essa dimensão recalcada da vida humana (Rago, 1991, p. 24). Cabe-lhe, então, procurar integrar simbolicamente suas “regiões sombrias” (Rago, 1991, p. 24). Segundo a autora, além de permitir a proximidade dos sujeitos como espaço que possibilita a sociabilidade, a prostituição também proporciona a união do sujeito no coletivo, ou seja, do eu se diluindo na mistura de corpos.

Temos que levar em conta que no período que compreende o final do século XIX e começo do XX, vigora o que a arqueóloga Tania Andrade Lima denomina “modo de vida burguês”⁸ (Lima, 1996, p. 44), sendo, portanto, “aquele em que com a industrialização e urbanização crescentes, a sociedade tende a uma privatização cada vez mais acentuada dos costumes, hábitos e comportamentos” (Rago, 1991, p. 24). Dessa forma, conforme Rago, no momento em que permeia mais intensamente a valorização da dimensão mais privada do sexo, no interior do casamento monogâmico, e fechada no quarto do casal, a prostituição acaba criando modos coletivos e particulares de movimentação dos fluxos do desejo. Nas palavras da autora, “prostituir-se é ser de todos e de ninguém exclusivamente”. Assim, “o espaço da prostituição possibilita uma nova ‘respiração’ das coisas e das pessoas, diz Maffesoli, necessária para o equilíbrio da sociedade” (Rago, 1991, p. 24). É nesse sentido que Rago explica que a prostituição atuou

como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar de desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo. Configurou-se, portanto, como espaço onde puderam emergir outros modos de funcionamento desejante – anárquicos, microscópicos, diferenciados –, mais do que como lugar da transgressão do interdito sexual (Rago, 1991, p. 24).

A autora também destaca a “importância que teve o bordel enquanto lugar de iniciação sexual dos jovens”. De acordo com ela, “moços da elite ou das camadas menos favorecidas eram introduzidos nas ‘artes do amor’ (...) pelas prostitutas, com as quais às vezes chegavam a manter relações duradouras” (Rago, 1991, p. 25). Apesar da prostituição ser condenada moralmente, essa finalidade dos prostíbulo era bem recebida na sociedade, porque iria garantir que as mulheres se mantivessem virgens até o casamento, de acordo com Rago.

Estas considerações remetem às reflexões de Monique Prada, em sua entrevista à Reinholz *et. al* (2020), onde ela afirma que “a prostituição não apenas mantém os casamentos, são instituições complementares, o casamento e a prostituição dentro dessa sociedade”. Assim, a prostituição tem que existir às sombras, às margens, mas, está longe de ser “um trabalho que não produz nada”⁹. Prada conta que após fazer esta afirmação, a historiadora italiana Silvia Federici a corrigiu: “produzimos, sim. Produzimos bem-estar, acolhimento e prazer, que são bens valiosos nessa sociedade”. Através dessa observação, ela discute a função dos prostíbulo contemporâneos, principalmente os mais baratos, citando exemplos.

(...) depois que a visita íntima foi liberada nos presídios, isso serviu para amenizar e até acabar com as rebeliões aqui no Sul, os corpos das mulheres são usados para segurar essas rebeliões (...). Então, e nunca dizendo que isso é positivo, mas o que evita que esses homens que vêm do Nordeste trabalhar aqui, não

⁸ Por modo de vida burguês entende-se, nas palavras de Tania Andrade Lima (1996, pp. 44-45), as formas de comportamento decorrentes da ideologia da privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real quanto simbólico), os critérios de “respeitabilidade”, a fetichização do consumo e a ascensão social.

⁹ Prada afirma que é falaciosa a ideia de que todas as trabalhadoras sexuais, sejam pagas ou não, não produzem nada. Ela destaca o “imenso e pesado papel que as esposas cumprem nessa sociedade”. Em suas palavras, “são as esposas, as mães, as donas de casa que sustentam essa sociedade - e não que isso seja bom, porque tudo isso é trabalho tomado de graça das mulheres. Eu fico pensando que se por dois ou três dias as mulheres - todas as mulheres - se recusarem a fazer aquilo que se convencionou ser seu trabalho, o capitalismo e o patriarcado vêm abaixo. E não são apenas as prostitutas, mas as que de fato têm levado esse mundo nas costas são as mulheres ditas decentes, as de quem se cobra decência (...)” (Reinholz, *et al.*, 2020).

recebem seus salários, acabam não conseguindo voltar para sua terra natal. Onde é que eles encontram um trabalho de cuidados, trabalho afetivo, coisas que evitam que eles se revoltam, uma acolhida? (Reinholz et. al, 2020).

A partir das considerações de Margareth Rago e Monique Prada, compreendo que a existência dos prostíbulos da baixa prostituição no centro da cidade, em meio as casas das elites, dos ditos “cidadãos de bem”, poderiam atuar na manutenção do capitalismo. Dessa forma, a paisagem da prostituição opera como amenizadora das revoltas da classe trabalhadora contra o sistema, aliviando suas tensões contra um poder que visa discipliná-los, que os exclui, que os oprime. É nos prostíbulos, situados no centro, que operários encontrariam um certo conforto, um afeto, um cuidado, após as horas extenuantes de trabalho nas fábricas. Também encontrariam uma oportunidade de fuga da sua vida cotidiana, da disciplina do trabalho, do modelo de família, do casamento, da moral e dos bons costumes, de burlar a ideologia da privatização e de tentar desviar-se de outras imposições, já que esses espaços lhes permitiam performar outros sujeitos ou, ainda, expressar suas identidades enquanto trabalhadores fora dos muros das fábricas.

O fato da maioria dos prostíbulos situarem-se nas adjacências do Mercado Público, no chamado “Bairro Sujo”, pode significar que este era um ponto estratégico para o trabalho sexual, por conta da concentração de trabalhadores no mercado, que precisavam extravasar suas mentes e corpos após um longo dia de trabalho e encontrar bem-estar nos prostíbulos ali situados. Também era no mercado onde a “corretora” (agenciadora) de mulheres Domingas de Tal tinha uma banca de mocotó, a partir da qual ela encaminhava as moças que por ali passavam aos prostíbulos da rua Tiradentes, convencendo-as a executarem o trabalho sexual, como foi descrito no jornal O Rebate¹⁰.

De acordo com o historiador francês Alain Corbin em “Women for Hire: Prostitution and Sexuality in France After 1850” (1990), no Les Halles, mercado situado em Paris, na França, as prostitutas circulavam entre os vendedores de vegetais e aceitavam, não só pagamento em dinheiro, como também em verduras, cenouras e quaisquer legumes vendidos pelos comerciantes. Lopes & Vasconcellos (2010, p. 3) explicam que a palavra mercado, proveniente do latim *mercatus*, significa “lugar de venda de gêneros alimentícios e outras [mercadorias]”, ou seja, lugar de trato, de compra e venda ou de troca. O encontro e o contato direto entre vendedores, compradores, transeuntes, viajantes permite um mútuo jogo de trocas, pois a troca pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado (Vargas, 2001 apud Lopes & Vasconcellos, 2010, p. 3). Desta forma, conforme o autor e a autora, “é possível reconhecer os lugares de mercado enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem um locus de interação recíproca entre indivíduos”, seja “através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente teceram seu lugar” (Lopes & Vasconcellos, p. 3). Assim, é provável que aqueles homens que vinham do interior do município de Pelotas vender suas mercadorias no Mercado Público, também tivessem encontros com

¹⁰ “Em principios de Novembro, a menor Maria Mendes Pereira, de 16 annos de idade, filha de Abilio Pereira e Idalina Mendes Pereira, residente á rua Constituição n. 350, fora com a familia do sr. Gil Costa, veranear na Capella da Buena. Chegada ali, Maria enamorou-se de Fernando Baletto, que lhe fez promessa de casamento, conseguindo por esse meio defloral-a, há cerca de um mez. Em seguida, o seductor fugou para esta cidade, onde veio residir com o seu tio, Octaviano Mendes, empregado na Fabrica de Tecidos Rheingantz e morador á rua 3 de maio n. 60. Domingo passado a referida menor foi ao Mercado Central, fazer umas compras, e travou conhecimento com a preta Domingas de tal, que ali tem uma banca de Mocotó, sob n. 5. Domingas, que parece ser uma corretora das casas de tolerancia, tratou de seduzir a menor, perguntando-lhe se não gostaria de ter uma vida boa, farta e alegre. Maria contestou affirmativamente. A’ vista disso, a preta aconselhou-a a que se dirigisse á espelunca da caftina Catharina, á rua Tiradentes e declarasse querer morar no referido antro de perdição. Voltando depois á casa de seu tio e refletindo sobre a proposta que recebera, Maria resolveu afinal, recolher-se ao prostibulo de Catharina, onde se encontra, entregue ao vicio e á libertinagem (...).” (O Rebate, 8 de dezembro de 1914, p. 2).

prostitutas, que poderiam executar o trabalho sexual em troca de alimentos como legumes, verduras e frutas que eram por eles comercializados.

Onde os trabalhadores solteiros, viúvos ou que estavam longe de suas esposas, achariam este trabalho de afeto e cuidados se não existissem esses prostíbulos no centro da cidade? Será que a repressão da manifestação da sexualidade dos trabalhadores, através da não existência de prostíbulos – espaços onde eles poderiam fugir de sua realidade cotidiana –, não originaria mais operários revoltosos, dispostos a fazer greves com o objetivo de acabar com a exploração capitalista?

Além disso, não podemos esquecer do papel dos prostíbulos enquanto espaços que, conforme as ideias que pairavam nas mentalidades do período, possibilitavam preservar a virgindade das moças solteiras antes do casamento, já que eram responsáveis pela iniciação dos homens jovens na esfera da sexualidade, como ressalta Rago (1991). Mesmo estes prostíbulos, destinados aos homens das classes mais baixas, eram vistos como cumpridores dessa função. Desse modo, a prostituição não deixava de ser tomada como um mal necessário perante a sociedade do começo do século XX – apesar de ser condenada moralmente, como podemos observar nas denúncias do jornal *O Rebate*. A própria forma como os jornalistas se referiam aos prostíbulos, chamando-os de casas de tolerância, evidencia que a prostituição no chamado “Bairro Sujo” era, de fato, tolerada.

Podemos fazer um paralelo entre Pelotas e a cidade de Campina Grande, na Paraíba, já que ambas as cidades apresentam semelhanças no que diz respeito às zonas de prostituição localizarem-se na área central no começo do século XX. Conforme a geógrafa Ana Diniz (2016), desde o final do século XIX a cidade de Campina Grande já possuía um grande número de meretrizes. As casas e/ou pensões destinadas à prostituição se localizavam, inicialmente, nas ruas principais do centro, muitas vezes próximas ou ao lado de moradias familiares, “onde por vezes residiam políticos do cenário local e personalidades da elite campinense considerada como importantes e influentes aos olhos da sociedade, particularmente, magistrados, letrados, comerciantes, fazendeiros, entre outros” (p. 76). Entretanto, à medida que a prostituição se torna uma atividade inconveniente, surgem denúncias de vizinhos, “muitas vezes seguidas por campanhas públicas em jornais, pedindo a repressão policial e/ou a transferência das meretrizes para outros lugares” (Silva, 2002, p. 48 apud Diniz, 2016, p. 76). “O destino das prostitutas transferidas deve ser preferencialmente as áreas onde a sua presença não seja um empecilho para o desenvolvimento do mercado imobiliário e para as atividades do comércio” (Diniz, 2016, p. 76). Assim, segundo Diniz, “esta união espacial da elite campinense (principalmente de suas esposas e filhas) com as prostitutas não era vista de bom grado pelos olhos dos conservadores, uma vez que sua influência não era considerada boa para/pelas famílias tradicionais em diversos aspectos” (Diniz, 2016, p. 76). Entretanto, mesmo utilizando-se de discursos moralistas, “embutidos nas questões sanitaristas juntamente com o emblema da modernidade” – tal como vemos no jornal pelotense *O Rebate* –, “não era de interesse dessa elite que houvesse a extinção deste entretenimento tão procurado por todas as camadas sociais” (Diniz, 2016, p. 76).

Com as casas de tolerância destinadas às classes trabalhadoras situadas nos pontos centrais da cidade, mantém-se assim o “equilíbrio”, como diz Rago (1991), da sociedade pelotense: se o casamento e a prostituição são instituições complementares, uma precisa da outra para existir, então também não pode haver o centro sem a margem, já que ambos (centro e margem) estão em contínua negociação, como salientam as antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2008). Isto explicaria por que, apesar das tentativas do poder de invisibilizar trabalhadoras sexuais, elas seguem executando o trabalho sexual no centro da cidade até os dias de hoje, mesmo que de forma clandestina.

Contudo, em 12 de abril de 1916 é publicada no O Rebate a notícia que tem por título “A polícia limpa o Bairro Sujo”¹¹, o que poderia caracterizar um processo de higienização social que agora tinha como objetivo acabar com a prostituição no centro da cidade. Outra notícia, publicada no dia 14 de abril de 1916, relata que a polícia vêm realizando uma “limpeza geral” no “Bairro Sujo”, contendo os antros onde a prostituição e a jogatina vigora. A partir da leitura da notícia do jornal é possível observar que esta higienização não estava sendo realizada apenas na quadra da rua Tiradentes que compreendia o chamado “Bairro Sujo” (entre 15 de novembro e General Victorino), mas também a outra quadra, entre General Victorino e Felix da Cunha, já que nesta última também haviam prostíbulos e casas de jogos. Já o Jornal correspondente ao primeiro semestre de 1917 faz apenas duas menções a quadra da Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e General Victorino. A primeira foi publicada no dia 7 de março de 1917 e tem como título “Batida ao Bairro Sujo” (p. 2). Esta não faz menção aos locais específicos onde foi realizada essa intervenção policial. Outra notícia, publicada no dia 5 de abril de 1917¹², afirma que foram detidas no primeiro posto duas mulheres, Honorina Machado e Maria dos Santos. A primeira era trabalhadora sexual e em 1915 residia em uma bodega na rua Tiradentes, número 373, de acordo a notícia do O Rebate publicada no dia 29 de janeiro de 1915 (p. 2). Não encontrei referências sobre Maria dos Santos e, portanto, não é possível afirmar se esta era prostituta. No jornal O Rebate correspondente ao segundo semestre de 1917 não foi encontrada nenhuma notícia a respeito do chamado “Bairro Sujo”. Será que isso pode significar a destruição dos prostíbulos que ali existiam?

“DE MANHÃ ESTÃO AQUI AS NETAS DAS PUTAS”

É importante ressaltar que antes da revitalização do Mercado Público, reaberto em 2012, existiam hotéis que eram destinados à prostituição e prostíbulos na rua Tiradentes, entre as ruas 15 de Novembro e Padre Anchieta (antiga General Victorino). Ao conversar com barbeiros que trabalham no Mercado Público, estes mencionaram o Bar Saraiva, prostíbulo que ali se situava em meados dos anos de 1960, que ficava na esquina da rua Tiradentes com a rua 15 de novembro. Os referidos hotéis existiram entre o final do século XX e começo do XXI e se localizavam ao lado da casa onde antes foi o Bar Saraiva.

Um dos barbeiros nos relatou que a quadra era chamada de “Bocada da Tiradentes”, por conta da prostituição que lá existia. Além disso, na outra quadra, entre a Padre Anchieta (antiga General Victorino) e a Félix da Cunha, muitas prostitutas “faziam ponto” na calçada do Correio. Mencionaram também que o banheiro do Mercado Público, situado na Tiradentes, era um local onde essas trabalhadoras realizavam seus programas. Isso demonstra que a quadra da rua Tiradentes, outrora denominada “Bairro Sujo”, sempre foi um espaço importante para a execução do trabalho sexual em Pelotas, mesmo após a década de 1910.

Com a revitalização do Mercado, o banheiro foi fechado e as trabalhadoras sexuais sofreram processos de exclusão, indo trabalhar em outros locais um pouco afastados dessa área mais central da cidade. Como afirma Monique Prada, as políticas higienistas há séculos tem tentado exterminar prostitutas, em suas palavras, “nos

¹¹ “A policia limpa o bairro sujo. Hontem, às 23 horas, o ajudante Abrahay, acompanhado dos guardas ns. 21 e 16 do 1º posto, fez um bonito serviço no Bairro Sujo. Quando o barulho era enorme, quando os copos da cachaça tilintavam nos dentes, quando as obscenidades irrompiam das bocas sem freio da malandragem, aquelles policiaes penetraram de surpresa, inesperadamente, em diversos cafés do Mercado e da rua Tiradentes. Depois, foi um longo desfilar de gente de toda côr, cambaleando, em direção ao posto. Ora, afinal a policia faz alguma coisa que preste!” (O Rebate de 12 de abril de 1916, p. 2).

¹² “Mulheres desordeiras. Por estarem promovendo desordens no “Bairro Sujo”, foram detidas no 1º posto, as mulheres, Honorina Machado, Maria dos Santos e os individuos Paulino Cardoso e Agostinho Sonza.” (O Rebate de 5 de abril de 1917, p. 2).

expulsando para lugares cada vez mais distantes e isolados e criando leis que servem apenas para nos jogar em situações mais precárias e inseguras” (2018, p. 33).

Entretanto, algumas prostitutas, como relatam os interlocutores, ainda insistem em permanecer naquele local, resistindo às diversas tentativas de apagamento de suas presenças. Nas palavras de um dos barbeiros, “de manhã estão aqui as netas das putas” da Tiradentes. Essas narrativas não são apenas vestígios de histórias de um centro que, desde sempre, se transforma em margem cotidianamente. As trabalhadoras sexuais ainda estão lá, junto com suas antepassadas. Basta que olhemos para a paisagem. Ao observá-la, não veremos o Café da Infância, nem a Bodega da Catharina, a Bodega do Raphael, a Bodega de Antonio Fernandes ou o Fregue de Frutuoso Alves. Mas eles estão presentes, ainda que ausentes. As persistências (e insistências) materiais (González-Ruibal, 2012) atuam no agenciamento da nossa capacidade de rememorar os passados. É para que esses passados não sejam esquecidos que a arqueologia resolveu intervir.

PARA QUE AS TRABALHADORAS SEXUAIS NÃO SEJAM ESQUECIDAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados desta pesquisa arqueológica, duas intervenções públicas críticas (González-Ruibal *et al.*, 2018), enfocadas pela efemeridade das materialidades (Costa & Prado, 2021), foram criadas com o objetivo de escancarar ao público as histórias das trabalhadoras sexuais que foram suprimidas por uma narrativa hegemônica pelotense, além de revelar as injustiças sociais de uma sociedade pautada em ideais burgueses, extremamente putafóbica, classista, machista, transfóbica e racista, que continua condenando à clandestinidade as trabalhadoras sexuais. São manifestos contra o capitalismo e o colonialismo que criaram a condição de subalternização das mulheres e as relações de poder de gênero, classe, raça e etnia. Ambas as intervenções compreenderam o Dia do Patrimônio em Pelotas no ano de 2019.

O módulo “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”, da exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas”¹³, ocorreu no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. Nele, foram apresentadas as paisagens da rua Tiradentes, manifestadas por Violet Baudelaire, algumas notícias do O Rebate referentes ao ano de 1915, uma cartografia em desenho sobre as resistências das trabalhadoras sexuais, também elaborada no âmbito desta pesquisa, uma carteira de trabalho, um banner com texto e perguntas referentes à exposição e imagens que representam as trabalhadoras pelotenses cujas histórias de vida não são valorizadas (incluindo as trabalhadoras sexuais), bem como os trabalhos que desenvolviam/desenvolvem, ainda que todos sejam fundamentais na nossa sociedade, entre outras coisas que narram essas vivências (Ver Costa & Prado, 2021).

Outra intervenção foi a performance intitulada Flor de Papel, que ocorreu na Esplanada do Theatro Sete de Abril, na praça Coronel Pedro Osório, no centro de Pelotas, e foi criada e performada por Violet Baudelaire. Nesta performance, ao questionar como seriam os relatos descritos pelo jornal O Rebate se esses fossem narrados pelas próprias trabalhadoras sexuais que os vivenciaram, Violet Baudelaire propôs construir as versões das histórias das próprias mulheres e manifestá-las para o público. Dessa forma, a partir de três notícias de janeiro de 1915, ela invocou os passados das trabalhadoras sexuais Maria da Glória, Albertina Lukewi e Maria

¹³ Esta exposição foi coordenada pela Profa. Dra. Louise Prado Alfonso no âmbito do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas e do projeto de extensão Mapeando a Noite: o universo travesti, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

da Conceição, através do seu corpo e de suas vestimentas, que lembravam as que eram utilizadas no período, e também de materialidades como um urinol, um pires, um leque e garrafas de vidro, que atuaram na performance como coisas pertencentes àquelas mulheres. Suas histórias eram contadas após a queima de uma flor de papel dentro da garrafa, que expressava as memórias dessas trabalhadoras sexuais que foram apagadas (Ver Baudelaire & Costa, 2020).

Considero que tanto a performance como a exposição são formas de fazer com que o conhecimento construído na academia seja acessível para as pessoas. Enquanto arqueólogas/os devemos tornar visíveis e públicas as coisas (Ludlow Coletiva, 2001; Leone, 2005; González-Ruibal, 2007 apud González-Ruibal, 2008), pois é somente por meio de intervenções potencialmente críticas que enfocam a materialidade e sua efemeridade, que podemos manifestar ausências (Thiesen *et. al*, 2014), estando essas permeadas por injustiças sociais. Utilizando “a arqueologia como uma ferramenta de crítica radical” (González-Ruibal, 2008, p. 261) e seguindo uma perspectiva putafeminista, a disciplina pode gerar mudanças substanciais ao desnaturalizar, por meio do estudo das paisagens do passado, os preconceitos e o estigma que cerca o trabalho sexual no presente, provocando reflexões sobre os mecanismos do poder responsáveis por agir na manutenção dos processos de exclusão das trabalhadoras sexuais de Pelotas (Costa, 2020).

Não podemos esquecer que a cidade foi feita, também, por elas, que a constroem cotidianamente. Estão no centro, nas ruas e nos prostíbulos, nas praças, no Mercado Público, apesar dos projetos criados ao longo dos anos pelo governo municipal para reprimi-las. Esses projetos ocultam sua verdadeira intenção de remover trabalhadoras sexuais para locais mais afastados do centro, com o mesmo discurso higienista do passado, através de justificativas como a da desordem, a da imoralidade, a da importunação dos ditos “cidadãos de bem”. Mas, assim como outrora, elas seguem resistindo e reivindicando o seu direito à cidade (Agier, 2015).

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras do mestrado, Louise Alfonso e Beatriz Thiesen, à Violet Baudelaire, à Nina Acacio e ao Nicolás Martins, que realizaram seu estágio de campo no âmbito do meu projeto pelo Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), à trabalhadora sexual e ativista putafeminista Monique Prada por todo o apoio durante a realização desta pesquisa e às interlocutoras e interlocutores que também contribuíram ativamente com o trabalho.

REFERÊNCIAS

- Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483-498.
- Azevedo, A. (2019). *O Cortiço*. Jandira: Ciranda Cultural.
- Baudelaire, V. (2019a). *Relatório de Estágio de Campo – Pintando o que é invisível...* Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- Baudelaire, V. (2019b). *Diário de Campo*. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- Baudelaire, V., & Costa, V. (2020). Flor de papel: arqueologia, performance e memória. *Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas*. Revista Arche. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

- Bender, B. (2002). Landscape and politics. Em Buchli, V. (ed.). *The Material Culture Reader*. Oxford, New York: Berg Publitions.
- Corbin, A. (1990). *Women for hire: prostitution and sexuality in France after 1850*. Cambridge: Harvard University Press.
- Costa, V. (2020). *As manifestações das paisagens ocultadas: arqueologia da Pelotas de trabalhadoras sexuais*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas.
- Costa, V., & Prado, L. (2021). A musealização da arqueologia pela perspectiva do putafeminismo: materialidades e narrativas de trabalhadoras sexuais em uma exposição na cidade de Pelotas. *Revista de Arqueologia Pública*, 16(1), 145-165.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Diniz, A. (2016). *Poder e sexo: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Dode, M. (2012). “Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...”: os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- Engel, M. (2004). *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense.
- Engel, M. (2012). Psiquiatria e feminilidade. Em Priore, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Gill, L. (2004). *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- González-Ruibal, A. (2008). Time to destroy an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, 49(2), 247-279.
- González-Ruibal, A. (2012). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, 23(2), 103-116.
- González-Ruibal, A., Alonso-González, P., & Criado-Boado, F. (2018). En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. *Chungara - Revista de Antropología Chilena*, 51(1), 1-7.
- Gouvêa, M. (2013). Última Hora! Tragédia Horrível!: as ocorrências de crime e o discurso sensacionalista do jornal pelotense 'O Rebate' (1914-1923). *XXVII Simpósio Nacional de História*. Anais eletrônicos. Natal.
- Lima, P. (2016). *Simões Lopes Neto Jornalista: uma leitura da coluna Inquéritos em Contraste, de 1913*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Lima, T. (1996). Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 2(3), 44-96.
- Lopes, R., & Vasconcellos, L. M. (2010). Considerações sobre os Mercados Públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. *III CINCCI – III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem*, vol. 1 (pp. 1-16). São Paulo: FAU USP.
- Meneses, U. (1983). O estudo da cultura material nas sociedades antigas. *Revista de História*, 115, 103-117.
- Moura, R. (2006). *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Pesavento, S. (1994). *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS.
- Pheterson, G. (1986). *The whore stigma – female dishonor and male unworthiness*. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. São Paulo: Editora Veneta.

- Rago, M. (1991). *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rago, M. (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890 – 1930*. Paz e Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Reinholz, F., Marko, K., & Pastore, S. (2020). Não olhe: É sobre sexo! *Brasil de Fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/27/nao-olhe-e-sobre-sexo/>>. [cons. 27 mar. 2020].
- Rodriguez, S. (2018). *Se eu comprei, então é meu: coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade*. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.
- Soihet, R. (2012). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. Em Priore, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Sousa, A. C. (2005). Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*, 3(2), 291-300.
- Thiesen, B. (1999). *As paisagens da cidade: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Thiesen, B. (2005). *Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924)*. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Thiesen, B., Pereira, C., Rippel, E., Vespasiano, G., Cornaquin, I., Toledo, J., & Fernandez, M. (2014). Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(2)[10], 232-250.
- Tramasoli, F. (2015). *Arqueologia da Cidade Cinza: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande*. Dissertação (Mestrado). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

